O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 18/03/2023 - 06:00

Emendas de parlamentares escapam de nova regra fiscal

Política fiscal No lugar do teto de gastos

Emendas parlamentares são poupadas de nova âncora estudada por governo

Proposta permite o crescimento de verbas indicadas por deputados e senadores que servem para barganha política

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

As emendas parlamentares serão blindadas do controle de gastos que vai ser proposto na nova âncora fiscal que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentará antes de viajar para a China, no fim do mês. Com isso, o arcabouço fiscal não vai segurar o crescimento das emendas (verbas indicadas por deputados e senadores que podem ser usadas para barganha política), que ficarão vinculadas à arrecadação do governo e poderão ter variações maiores do que as de outras despesas.

No fim do ano passado, o Congresso se antecipou e aumentou o valor das emendas individuais por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, não deixando margem para o novo governo mexer nos recursos de maior interesse dos deputados e senadores com o projeto de lei complementar que será apresentado agora. Na prática, a âncora vai recair sobre outras despesas. É diferente do que aconteceu durante a vigência do teto de gastos, que desde 2017 limita o crescimento de todas as despesas (incluindo as emendas) à inflação.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou a Lula os cenários da nova regra que vai substituir o teto. Na segunda-feira, o governo terá uma nova reunião sobre a regra fiscal. O tema será discutido na Junta de Execução Orçamentária (JEO). A ideia é que a nova norma tenha uma trava para o controle dos gastos, mas leve em conta outros fatores além da inflação, como crescimento da economia e trajetória da dívida pública. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, antecipou ao **Estadão** que a proposta tem potencial para zerar o rombo das contas públicas em 2024.

OUTRAS PRESSÕES. A expansão das emendas parlamentares, no entanto, vai ser blindada. No governo, há pressão para que também fiquem de fora da nova regra outros gastos, como as despesas com o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e recursos para preservação ambiental.

O Orçamento de 2023 prevê R$ 36,5 bilhões para todos os tipos de emendas parlamentares. Na PEC da Transição, o Congresso aumentou o valor das individuais, aquelas indicadas por cada um dos deputados e senadores, para 2% da receita corrente líquida do governo. Anteriormente, o porcentual era de 1,2%. O aumento foi uma das moedas de troca para a aprovação da proposta.

"A nova lei (*com o arcabouço*) não pode trazer limitação às emendas. O protagonismo do Congresso continua, afinal de contas, quem aprova o Orçamento é o Congresso", afirmou o líder do União na Câmara, Elmar Nascimento (BA), relator da PEC na Casa. O tratamento beneficia os interesses dos congressistas e representa uma mudança importante em relação ao teto, que limitou as emendas com a mesma âncora, ou seja, a inflação. O novo arcabouço fiscal será discutido em uma lei complementar, que exige menos votos do que uma PEC, mas não pode mexer em regras da Constituição.

Promessa
Âncora tem potencial para zerar o rombo das contas públicas em 2024, segundo secretário

"Não tem como a lei complementar alterar os porcentuais de receita corrente líquida das emendas impositivas, nem da aplicação mínima em saúde", afirmou o diretor da Consultoria de Orçamento da Câmara, Wagner Primo Júnior. "Passa a valer o que está no texto permanente da Constituição; para mudar, só alterando a Constituição."

ORÇAMENTO 'AMARRADO'. Nos últimos anos, o Congresso avançou sobre o controle do Orçamento, o que "amarrou" o Executivo e impediu o crescimento de outras despesas e a flexibilidade para escolher onde gastar. Em 10 anos, o volume de emendas aumentou de R$ 8,7 bilhões para R$ 36,5 bilhões. Também cresceu a fatia das verbas parlamentares nas contas do governo federal, de 7% para 18% das despesas não obrigatórias no mesmo período. Além disso, os recursos indicados pelo Congresso passaram a ter execução obrigatória.

Com o fim do teto, as emendas voltarão a ficar limitadas apenas pela arrecadação dos impostos federais, dando uma margem de manobra maior para os parlamentares. "Com a publicação do novo arcabouço fiscal as emendas individuais deixarão de estar ancoradas na inflação e passarão a estar ancoradas na variação da receita. Caso a receita cresça, as emendas crescerão proporcionalmente. Mas se as receitas caírem, o valor das emendas também cairá proporcionalmente", afirmou o economista Dalmo Palmeira, assessor de Orçamento no Senado e mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). ●

Governo estima novo estouro da inflação

Na primeira rodada de projeções do novo governo para os indicadores econômicos, o Ministério da Fazenda anunciou ontem que prevê uma inflação maior e um crescimento menor da economia em 2023 – dado, ainda assim, mais otimista do que as projeções do mercado.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,60% para 5,31% neste ano e é de 3,52% para 2024.

Segundo a Secretaria de Política Econômica, a revisão foi motivada pelo aumento na projeção de preços monitorados, parcialmente contrabalanceada pela desaceleração esperada na inflação de alimentação no domicílio e de bens industriais. "A partir de 2025, espera-se convergência do IPCA para a meta de 3%", afirmou.

A projeção para a alta do PIB em 2023 mudou de 2,1% (de novembro passado) para 1,61%. Já o mercado projeta 0,89%. ●

EDUARDO RODRIGUES e CÉLIA FROUFE / BRASÍLIA

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios **Caderno:** B **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2025.